

Governo libera R\$ 266 milhões em emendas a deputados que apoiam Temer na CCJ

Dos 40 deputados que votaram pela rejeição do parecer que recomendava a abertura de investigação contra o presidente Michel Temer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, 39 tiveram R\$ 266 milhões em emendas parlamentares empenhadas, de acordo com valores atualizados. Esse valor corresponde ao período entre junho, após a divulgação da delação do empresário Joesley Batista, que foi usada na denúncia contra Temer, e as duas primeiras semanas deste mês, às vésperas da votação.

Na quinta-feira, o colegiado barrou por 40 votos a 25 o parecer do relator Sergio Zveiter (PMDB-RJ) que recomendava a admissibilidade do pedido da Procuradoria-Geral da República para investigar Temer por corrupção passiva. Em seguida, governistas conseguiram aprovar um texto alternativo que sugere a rejeição do mesmo pedido, assinado pelo deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).

Apenas um dos 40 parlamentares que barraram o parecer de Zveiter não teve emendas liberadas desde junho: Maia Filho (PP-PI), que é suplente.

Já os 25 parlamentares que votaram contra Temer receberam cerca de metade desse valor no mesmo período. Foram liberados R\$ 135 milhões em emendas dos cofres públicos para os deputados que acreditam haver indícios suficientes para uma investigação contra o presidente.

As emendas parlamentares são os principais recursos destinados a deputados e senadores para que eles possam viabilizar obras e benfeitorias em seus redutos eleitorais. Cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas individuais. O valor total

previsto para emendas neste ano é de R\$ 6,3 bilhões.

Troca-troca na comissão

As trocas feitas pelo governo na CCJ da Câmara, antes da votação da denúncia, também ajudaram a elevar o valor desembolsado. Os 14 deputados que se tornaram titulares do colegiado da Casa com ajuda do Palácio do Planalto receberam mais de R\$ 106 milhões em recursos. No entanto, dois deles contrariaram o governo e votaram pela admissibilidade da denúncia: Renata Abreu (Podemos-SP) e Laércio Oliveira (SD-SE).

O governo começou a usar as emendas como forma de aglutinar a base aliada no Congresso justamente quando as acusações contra Temer passaram a ameaçar seu mandato. Entre janeiro e maio deste ano, os mesmos 40 que votaram a favor do governo já haviam recebido pouco mais de R\$ 1,6 milhão em emendas. O ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, disse que não favorece a base na liberação de emendas.

Entre os maiores beneficiados com esse tipo de recurso estão os deputados Domingos Neto (PSD-CE), com R\$ 10,7 milhões, Paes Landim (PTB-PI), com R\$ 10,4 milhões, e Paulo Abi-Ackel, que teve outros R\$ 10,1 milhões em recursos do Orçamento.

Condições

Um dos campeões no ranking, Landin negou que o valor repassado a ele tenha a ver com o seu voto. “Eu sempre votei com o governo Temer, independentemente das emendas. Sou amigo pessoal do presidente, conheço ele desde a Constituinte, eu tenho bom relacionamento com ele, e acho que, por se tratar de um julgamento político, e politicamente falando neste momento, é imprópria a saída do presidente”, afirmou.

Terceiro colocado no “ranking de emendas”, Abi-Ackel foi o parlamentar responsável por apresentar o parecer favorável ao presidente na CCJ. Ele também negou que seu voto esteja ligado a isso. “Eu não me submeteria a isso, em hipótese nenhuma. O

meu voto faz parte de uma convicção absoluta de que a denúncia é frágil e não suficiente para afastar um presidente da República. O voto foi baseado no meu conhecimento jurídico depois de 20 anos como advogado”, afirmou.

O deputado Domingos Neto não foi encontrado pela reportagem para comentar o assunto.

Fonte: Notícias UOL.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br